Trabalho apresentado no 12º CBCENF

Título: QUIMIOTERAPIA NA GESTAÇÃO: UMA NOVA VISÃO

Relatoria: GABRIELA FALCÃO DE LUCENA

Autores: Giselle Carlos da Silva Santos
Aline Priscila Rego de Carvalho
Elda Soares dos Santos
Epoliana Garrote Canuto

Modalidade: Pôster

Área: Ética e bioética: respeito às diferenças

Tipo: Pesquisa

Resumo:

INTRODUÇÃO: O câncer é uma patologia maligna com incidência elevada e em ascensão no mundo. Mudanças nos hábitos de vida e uma alimentação inadequada parecem ser as principais causas. Apesar do avanço da medicina e suas descobertas, este diagnóstico ainda é desanimador e com prognóstico sombrio. Esta situação torna-se ainda mais delicada quando se trata de um câncer associado à gestação, sendo necessário um tratamento imediato, quimioterápico ou não. Nesses casos, felizmente, com baixa freqüência no Brasil, os profissionais têm de lidar com os impasses de se iniciar a quimioterapia, podendo pôr em risco a saúde do feto. Desse modo, muitas dúvidas ainda amedrontam a equipe de saúde e a principal afetada, a mulher. OBJETIVO: Aprofundar os conhecimentos teóricos acerca da quimioterapia na gestação, avaliando a possibilidade da concomitância entre a realização do tratamento e a continuidade do desenvolvimento fetal. METODOLOGIA: Estudo de caráter descritivo exploratório, através de revisão bibliográfica do assunto abordado. DISCUSSÃO: Para início de um tratamento quimioterápico contra o câncer, é necessária uma avaliação minuciosa quanto a diversas questões incumbidas tais como os efeitos teratogênicos das drogas sobre o feto, risco de interrupção da gravidez e, o mais preocupante, o prognóstico materno. A mulher convive com a ameaça da morte e o sentimento de mãe no que diz respeito ao surgimento de uma nova vida. As decisões a serem tomadas deverão obedecer a princípios éticos, científicos, legais e religiosos. Nesse sentido, a bioética oferece contribuições imprescindíveis para definição da melhor conduta. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O uso da quimioterapia na gestação vem mudando conceitos, pois a idéia da obrigatoriedade da escolha entre a interrupção da gravidez ou o início do tratamento dá lugar à chance de um sucesso no resultado do tratamento, sem causar danos algum ao feto, diminuindo também os receios e as questões éticas que permeiam tal tema.